

Líder acha que plano deve mudar

O líder da Frente Liberal na Câmara, deputado José Lourenço (BA), afirmou ontem não acreditar que o Governo venha a implementar em sua totalidade a Operação Desmonte. Observou que na última semana o presidente José Sarney nomeou dois políticos ligados aos governadores de Minas Gerais, Newton Cardoso, e de São Paulo, Orestes Quêrcia, para os ministérios da Ciência e Tecnologia e da Reforma Agrária, que seriam, de acordo com o projeto, extintos.

“Não acredito na implementação do plano. Senão, o Presidente não teria preenchido esses dois ministérios agora” — sustentou. O parlamentar destacou, porém, que os cortes orçamentários em diversos ministérios, previstos pela Operação Desmonte, terão de ser realizados obrigatoriamente.

Ao culpar a nova Carta pelos cortes de verbas do orçamento federal, o líder pefelistas explicou que a reforma tributária que deverá ser aprovada pelos constituintes, irá penalizar a economia nacional.

Por sua vez, o deputado João Alves (PFL-BA), ex-presidente da Comissão de Orçamento e Fiscalização da Câmara dos Deputados, declarou estar surpreso com a proposta dos ministros econômicos de realizar cortes orçamentários em um orçamento já enviado ao Congresso Nacional. Lembrou o deputado que a Constituinte vai aprovar dispositivo delegando ao Congresso a tarefa de apreciar e alterar o orçamento, o que fatalmente, em sua opinião, implicará em modificações nas dotações e projetos governamentais logo após a promulgação da nova Constituição.

Já o deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) estranhou que esteja sendo proposta a extinção de ministérios, dias depois do Presidente da República ter promovido uma reforma ministerial. Observou que a simples extinção de órgãos, não trará qualquer benefício.

Munhoz afirma que governo só quer impactar

“O Governo, ao lançar a Operação Desmonte, objetiva acima de tudo, provocar um impacto político na população. Há muita demagogia e pouca racionalidade no novo pacote de corte do déficit público”. A afirmação foi feita ontem pelo professor Décio Munhoz, catedrático da Universidade de Brasília.

Apesar de fazer diversas críticas à Operação Desmonte, Décio apoia a transferência de recursos para os Estados e Municípios. Em sua opinião, com isto vai diminuir a dependência política deles em relação à União.

Quanto à extinção de diversos ministérios, o economista manteve uma postura diversa da mantida por muitos políticos. Segundo Décio, o fim de alguns ministérios e órgãos públicos servirá somente para o Governo fazer demagogia junto ao povo, “porque a medida não é justificável para efeito de controle do orçamento”.

O economista afirma que o orçamento da União é superavitário e está sofrendo um desarranjo provocado pelos ministérios do Planejamento e da Fazenda. Décio Munhoz culpa o Banco Central de manter uma política monetária inviável, geradora de um prejuízo muito maior ao País. Há erros, segundo ele, no repasse de recursos para a política de preços mínimos, para a manutenção dos estoques reguladores e para a compra de trigo, que acarretam aumento do déficit. Além disso, o Banco Central utiliza de forma errada o dinheiro emitido para fazer troco.

“O Banco Central mantém subsídios muito altos para cobrir prejuízos da política monetária. Ele faz empréstimos às empresas que estão ruins das pernas”, disse Munhoz acrescentando que, somente neste ano, o Banco Central tem US\$ 10 bilhões para este fim.